

Falta punir estes aqui

Os chefes do golpe estão soltos e seus aliados, na vida pública

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (inglês) e autor de "PT, uma História".

Segunda-feira, dia 8, já faz um ano desde que bolsonaristas invadiram a praça dos Três Poderes para declarar guerra aos pobres que salvaram a democracia brasileira na eleição presidencial de 2022. Em 8 de janeiro de 2023, os soldados russos do bolsonarismo defecaram no STF, esfaquearam uma tela de Portinari, rasgaram exemplares da Constituição e vandalizaram as sedes dos três Poderes. Fizeram tudo com a complacência da polícia do governa-

do bolsonarista Ibaneis Rocha, cujo secretário de Segurança Pública era o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres. O 8 de janeiro foi o clima de dois meses de agitação golpista após a derrota de Bolsonaro. Bilhões de brasileiros, acumulados em frente a quartéis, conflitos de rua às vésperas da diplomação de Lula, uma tentativa de atentado terrorista na véspera de Natal, tudo isso tinha o mesmo objetivo de vandalismo na praça dos Três Po-

deres: criar um clima de caos que servisse de pretexto para um golpe militar. Quando os militares não agüentaram, os soldados russos foram presos. Mas ainda falta prender muita gente. Os vândalos do 8 de janeiro não eram cidadãos comuns em uma explosão de radicalismo: eram soldados russos de um movimento político organizado com extensão e bem financiada rede de desinformação, baseada parlamentar própria

do amplamente rejeitados. Ao longo da sessão, os desenba- gadores apresentados sob o nome de Coelbo (Lula) e Ivan Sartori (Lula), além do deputado Filipe Barros (PL-PR) (727) pediram a aplicação do artigo 124, que, nos delírios de Ives Gandra, autorizaria uma intervenção militar. Adequados Aline Siqueira (PDS-PR) solicitou às Forças Armadas que "cumprissem seu dever" para impedir a diplomação de Lula (527). O deputado José Medeiros (PL-MT) informou que já havia entrado com pedido de CLO (723). Ao final da sessão, um cidadão pediu que o próprio Girão invocasse o artigo 124 (223). Girão encerrou a sessão dizendo que "Tem colegas no Senado que avaliam várias possibilidades".

O intensivo do golpe formou alunos dedicados. Entre os que assistiram a sessão estava George Washington de

Souza. Na véspera de Natal de 2022, tendo como cumprido um ex-assessor do ministro de Damascos Alves, George Washington tentou explodir o aeroporto de Brasília. Se os parlamentares que participaram do intensivo do golpe podem continuar no Congresso, não entende por que os vândalos do 8 de janeiro foram expulsos. São a mesma gente, obedecendo ao mesmo chefe: Jair Bolsonaro. Jair passou quatro anos tramando golpes ao invés de governar. Quando se recusou a reconhecer a vitória de Lula, deu a senha para a onda golpista que culminou no 8 de janeiro.

Só quando os chefes do golpe tiverem sido presos, quando seus aliados de ocasião tiverem sido expulsos da vida pública, nossas instituições terão provado que mereciam mesmo ser salvos.

| SOM: Ello Gaspari, Celso Rocha de Barros | IBAIS: Deborah Bizzari, Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | QU: Ello Gaspari | QUI: Conrado H. Mendes | SEX: Marcos Augusto Gonçalves | SAA: Demétrio Magnoli



O então presidente Jair Bolsonaro acompanha treinamento da Marinha em cidade vizinha a Brasília. Imagem: Lúcio - 16 ago 2017/Politypress

Sistema político foi antídoto contra golpe sob Bolsonaro

Desenho constituinte protegeu país de ruptura, avaliam especialistas

Ana Luíza Albuquerque

SÃO PAULO Os 61 mil primeiros exemplares da Constituição de 1988 contavam com um prefácio assinado pelo deputado Lúyses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O texto foi suspenso das impressões seguintes a pedido de dois senadores, que argumentaram que o Congresso não tinha voto de inclusão. Intitulado "Constituição Coragem", o prefácio barrado dava as pistas dos mecanismos que protegeriam a democracia de uma nova ruptura, mais de 30 anos depois. "Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer dificuldades, contra a ingovernabilidade concentrada em uma possibilidade a governabilidade de muitos". A separação dos Poderes e o empoderamento das instituições que limitam o Executivo ajudaram a frear as intenções autoritárias do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tentou minar a democracia de duas formas, segundo especialistas.

Apriemista, mais tradicional e associada aos líderes autoritários do século 20, envolvia a consulta aos comandantes das Forças Armadas sobre a possibilidade de um golpe, como noticiou a Folha. A segunda, mais gradual e alinhada à cartilha autoritária do século 21, aconteceu por dentro do Estado e das instituições, como quando Bolsonaro patrocinou a PEC do voto impresso. Ambas as estratégias falharam. No primeiro caso, a cúpula das Forças Armadas não tocou a empreitada autoritária. O cenário não era o mesmo de 1964, e a comunidade internacional já tinha deixado claro que reagiria a uma ruptura democrática. No segundo, o desenho do sistema político impediu, ou ao menos retardou, um aproveitamento mais grave da crise. Isso se deve, em parte, ao contexto em que foi elaborada a Constituição. Oscar Vilhena, professor da FGV Direito SP, diz que a Carta partiu do princípio que ele chama de "democracia defensiva", com forte preocupação

com um retorno ao autoritarismo. Vilhena, que também é colunista da Folha, lembra que a transição democrática, com a elaboração da Constituição, envolveu um pacto entre setores progressistas e conservadores que desconfiavam um do outro. Por isso, a Carta é muito detalhada e busca garantir premissas democráticas, independentemente de quem esteja no poder. "Quando você faz um contrato com uma pessoa em quem você tem absoluta confiança, às vezes ele não está nem escrito. Quando você faz com alguém de quem você desconfia, o contrato é enorme. A Constituição brasileira é dessa segunda categoria", diz o professor. Por isso, a Constituição estruturou um sistema de freios e contrapesos bem definido, com separação de Poderes. Congresso bicameral, estados e municípios com alto grau de autonomia e STF com muito poder — como os envolvidos na Carta não confiavam um nos outros, diz Vilhena, decidiram empoderar a instituição que zelaria pelo pacto.

"Tu não conheço um tribunal de cúpula em outro lugar do mundo que tenha tantos poderes quanto o Supremo". A corte constitucional, decidida sobre recursos e julga políticos com foro especial. Além disso, três ministros do Supremo compõem o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Durante a normalidade democrática, isso irrita muito e com razão. Mas, no momento em que você tem um presidente desleal à Constituição, é muito importante que esse tribunal tenha ferramentas de contingenciamento do abuso presidencial", diz Vilhena. Foi assim que o STF e o TSE agiram durante o governo Bolsonaro, desde a suspensão de medidas provisórias e decretos até a imposição de multa por má-fé no PL, quando o partido do ex-presidente pediu a suspensão de parte dos votos do segundo turno, após a derrota.

O STF é frequentemente lembrado como o principal ator que barrou a crise democrática, mas um empoderamento excessivo da corte também é uma distorção que pode ser prejudicial para a democracia a longo prazo. O federalismo é outro fator que diminui a concentração de poder no chefe do Executivo e que, por isso, limitou as ações de Bolsonaro. Fabio de Sá-Silva, professor da Universidade de Oklahoma e pesquisador da crise democrática, lembra que esse mecanismo ficou mais evidente durante a pandemia da Covid.

A fragmentação partidária e o presidencialismo de coalizão, que exige a negociação com uma série de partidos para formar maiorias e que por isso dificulta a governabilidade, também frustraram a aprovação de projetos que poderiam acentuar a crise democrática — como a PEC do voto impresso e aquele que permitiria o impeachment de ministros do STF. "Demorou anos para que a elite política aprendesse mecanismos para estabelecer maiorias. Exige muita negociação e capacidade de diálogo, que Bolsonaro não tinha", afirma Sá e Silva.

Em outros países onde líderes com tendências autoritárias conseguiram subverter a democracia por dentro do Estado, o sistema político dispunha de menos proteções. É o caso da Hungria, onde o primeiro-ministro Viktor Orbán está no poder há 13 anos. Mesmo antes de Orbán, o país tinha um sistema eleitoral muito desproporcional. No pleito de 2010, o partido dele teve 53% dos votos, mas ficou com 68% das cadeiras no Parlamento.

Foi o suficiente para passar a toque de caixa uma nova Constituição que enfraqueceu instituições que limitavam o poder do primeiro-

ministro, como a Suprema Corte. Se Orbán tivesse que negociar e formar consenso com 20 partidos, ele provavelmente não teria sido tão bem-sucedido — ao menos não tão rapidamente.

O sociólogo Sérgio Abranches, autor do termo presidencialismo de coalizão, diz que lideranças do Congresso estavam dispostas a aprovar muitas das medidas defendidas por Bolsonaro, mas que a redução do número de parlamentares em cada base tornou mais difícil a formação de maiorias.

"O presidencialismo de coalizão contribuiu para impedir o aprofundamento da crise", mas mais pelas suas fragilidades nesse momento do que por suas virtudes", afirma. Abranches também diz que a apatização política mostrou que Bolsonaro tinha apoio de um grupo de radicais, mas não a maioria da sociedade, o que barrou suas intenções mais autoritárias. Vilhena afirma também que, diferentemente de países como a Hungria, o Brasil tem uma tradição democrática, ainda que tenha passado por golpes militares, o que dificulta a ascensão do autoritarismo. Ele lembra que, desde a época de império, havia competição entre as elites.

"De 1946 a 1964, a democracia é mediada, mas tem um grau de inclusão muito grande. O Brasil tem uma trajetória histórica de regimes democráticos ou semi-democráticos competitivos".

Sá e Silva cita outro fator que ajudou a estabilizar a crise democrática: Bolsonaro teve Lula como adversário.

"Se não fosse um candidato com elevada densidade eleitoral, muito provavelmente Bolsonaro teria vencido a eleição", diz.

As experiências de outros países mostram que a reeleição de um líder autoritário intensifica a derrocada da democracia.

Pouco antes das eleições de 2022, Bolsonaro insistiu que, se reeleito, poderia seguir outra tática autoritária, usada na ditadura militar e por líderes como Orbán, de aumentar o número de ministros do Supremo.

Sá e Silva afirma que a fragmentação do poder, como acontece no Brasil, apenas desacelera o autoritarismo, mas não o impede.

Ao final do mandato a aproximação com Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, e o modelo de negociação de emendas parlamentares já davam a Bolsonaro mais influência. "As agendas do bolsonarismo seguem fortes no Congresso. Se de tivesse sido reeleito, essa agenda estaria validada socialmente e seria mais difícil para o Judiciário e a sociedade civil resistirem".